

Direito à cidade: táticas de convivência

Natalia Gonçalves dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Eneida de Almeida (Universidade São Judas Tadeu).

Pesquisa: Trabalho Final de Graduação, Universidade São Judas Tadeu, 2017.

Abordar a cidade contemporânea com suas complexidades e frequentes disputas físicas e sociais requer compreendê-la como uma cidade em movimento, em constante mutação. Para tanto, este texto apresenta as reflexões que deram suporte para o desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação (TFG), juntamente com os experimentos de projeto apresentados na forma de instalações temporárias propostas para áreas destinadas a usos diversificados, situadas no espaço público do Bairro da Luz. Foram priorizadas

as práticas de ocupação do espaço e intervenções em microescala, explorando as possibilidades da arquitetura efêmera e do urbanismo tático. Considerando que essas iniciativas abrem oportunidade para uma abordagem mais humanizada do ambiente urbano, permitindo ainda a participação da população, é seguro dizer que tais práticas participativas possibilitam uma nova forma de pensar a cidade, promovendo a integração da sociedade com a construção dos seus espaços públicos e fomentando a vida urbana em sua dimensão cotidiana.

Palavras-chave: cotidiano; urbanismo tático; espaço público.

The right to the city: tactics of coexistence

Addressing the issue of the contemporary city, its complexities and frequent material and social disputes, requires an understanding of it as a city in movement, constantly changing. Therefore, this text presents the reflections that supported the development of a undergraduate research, as well as the project experiments presented as temporary installations proposed for areas in the public space of Luz neighborhood, in São Paulo. Aimed at diverse uses, focusing on the microscale interventions and in the practices of occupation of space, through the possibilities of ephemeral architecture and tactical urbanism. Whereas these initiatives open the opportunity for a closer approach to the urban environment, allowing the participation of the population, it is safe to say that such participatory practices enable a new way of thinking the city, promoting the integration of the society with the construction of its public space and instigating urban life.

Keywords: daily life; tactical urbanism; public space.

Derecho a la ciudad: tácticas de la convivencia

Abordar la ciudad contemporánea con sus complejidades y frecuentes diferencias físicas y sociales requiere entenderla como una ciudad en movimiento, en constante mutación. Para tal fin, este texto presenta las reflexiones que dieron base para el desarrollo de un Trabajo de Conclusión de Curso, junto a los experimentos de proyecto presentados en la forma de instalaciones temporales propuestas para las áreas destinadas para diferentes usos, ubicadas en el espacio público del Barrio de la Luz. Fueron priorizadas las prácticas de ocupación del espacio e intervenciones en microescala, explorando las posibilidades de la arquitectura efímera y del urbanismo tático. Considerando que esas iniciativas abren oportunidad para un abordaje más humanizado del entorno urbano, permitiendo la participación de la población, es seguro decir que tales prácticas participativas permiten una nueva forma de pensar la ciudad, promoviendo la integración de la sociedad con la construcción de sus espacios públicos y fomentando la vida urbana en su dimensión cotidiana.

Palabras clave: cotidiano; urbanismo tático; espacio público.

Numa cidade de muros e enclaves como São Paulo, carente de serviços básicos e de áreas verdes, a cultura do medo prospera proporcionalmente ao abandono do espaço público, considerado perigoso. Nesse contexto, as iniciativas dos coletivos criam uma nova perspectiva de transformação no futuro da cidade: possibilitam ampliar as discussões além de revigorar as práticas cotidianas, capazes de reverter o esvaziamento do espaço público e de se contrapor tanto à segregação socioespacial, quanto à discriminação dela decorrente (ALMEIDA; MAZIVIERO, 2017).

Após atravessar um processo de crescimento acelerado, São Paulo tornou-se uma cidade cindida territorial e socialmente, por conta da disparidade na distribuição de renda e no acesso aos bens de consumo. Os planos e práticas herdadas da experiência utópica moderna, ou mesmo as ações neoliberais das últimas décadas, nessas circunstâncias, mostram-se incapazes de conter, minimizar ou contrapor-se a esse quadro adverso.

Centro e periferia sofrem dos mesmos males marcados pela presença expressiva de espaços residuais, decorrentes de intervenções descontínuas, que deixam à margem trechos em estado de suspensão. Desprovidos de investimentos e manutenção, desvalorizados pelo mercado imobiliário, esses territórios são considerados inóspitos, inseguros, favorecendo as percepções subjetivas que os consideram "terra de ninguém", não só amplificando o medo, mas tendendo a banalizar e interiorizar comportamentos violentos (ZALUAR, 1991).

Dado esse cenário, o presente estudo pretende se inserir na discussão do Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2001) e seus possíveis desdobramentos, abordando os modos de construção da cidade e suas transformações, buscando referências situadas num campo de revisão crítica do pensamento moderno.

Tomando de empréstimo as palavras de Michel de Certeau, o trabalho em questão "consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas [...], supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ir às compras ou cozinhar [...]" (CERTEAU, 2014, p. 97). O conceito de circular remete à mobilidade – aqui considerada como

o deslocamento do pedestre na cidade, articulado à permanência –, tornando-se, então, o elemento central desse projeto. Já o conceito de habitar aqui empregado é amplo, equivale ao exercício de uma capacidade humana conectada à memória, instaurada a partir da própria vivência que possibilita transformar o espaço geométrico, abstrato, indiferenciado, em lugar inseparável da experiência da vida comum participativa. "Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode 'evocar' ou não. Só se pode morar num lugar povoado de lembranças [...]" (CERTEAU, 2014, p. 189).

O trabalho apresentado tem, portanto, como campo de estudo, táticas de convivência que possam reanimar o cotidiano de algumas áreas centrais da cidade. Nessa perspectiva, a conexão entre mobilidade e permanência como ações complementares interliga-se à temática do direito à cidade, que se mostra essencialmente relevante para as inúmeras possibilidades esboçadas a seguir. Sendo assim, para problematizar o uso do espaço público da área central da cidade e a relação dos corpos atuantes nela chegamos ao bairro da Luz.

Inserir-se nessa região valida a necessidade de compreender que espécie de objetos, ou instalações, poderiam engendrar transformações sutis, de modo a atender às solicitações das pessoas que circulam e habitam aquele lugar. Trata-se de readquirir o domínio sobre o território ao exercitar um deslocamento que não tem a ver com automatismos dos trânsitos utilitários do tipo casa-trabalho, casa-escola, trabalho-escola, mas sim recuperar um caminhar que instaura vínculos com os lugares por onde se transita. Assim, entender que as pessoas, e conseqüentemente o ambiente urbano, estão em constante movimento foi determinante para a escolha do tipo de intervenção a ser desenvolvida, que visa resgatar o interesse público na área, assumindo seu caráter como um lugar de passagem, mas, ao mesmo tempo, explorando seu potencial como um local de permanência.

Para tanto, a pesquisa é endereçada às referências de projeto que se distanciem das lógicas racionalistas e das posturas

funcionalistas que dominaram a arquitetura do século XX, caminhando para uma alternativa que permita lidar com estratégias peculiares e pontuais.

É apenas com muita relutância que se admite associar a inutilidade à arquitetura. [...] a necessidade social da arquitetura reduziu-se a sonhos e utopias nostálgicas. A "salubridade das cidades" hoje é ainda mais determinada pela lógica da economia do uso do solo, enquanto "a boa ordem da vida civil" é quase sempre a ordem dos mercados privados. [...] É certo que a arquitetura encontrará meios de salvar sua natureza peculiar, mas somente o fará onde se questionar, e negar ou romper com a forma que a sociedade conservadora espera dela. Afinal, se a arquitetura é inútil, [...] essa mesma inutilidade poderá ser sua força em qualquer sociedade onde prevalece o lucro. Mais uma vez, se nos últimos tempos há motivos para duvidar da necessidade da arquitetura, então a necessidade da arquitetura pode muito bem estar em sua desnecessidade. (TSCHUMI, 1978, In: NESBITT, 2013, p.578).

Tschumi sugere a oportunidade de examinar posturas potencialmente compatíveis com o caráter fragmentário dos atuais territórios metropolitanos rompendo com as lógicas organizativas utilitárias e rentáveis, de modo a influir tanto nas formas de organização territorial, quanto nos sistemas de ordenação institucional, o que implica necessariamente a revisão de conceitos e métodos que orientam a prática tradicional da arquitetura e urbanismo.

DIREITO À CIDADE

Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que

essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, ao meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (HARVEY In: REVISTA PIAUÍ, 2013).

É importante, em primeiro lugar, entender que a proposta de novas dinâmicas urbanas pode amparar a possibilidade de reaver dois direitos fundamentais: a rua e a moradia. Embora a proposta aqui apresentada esteja voltada ao espaço público, sua plena realização está vinculada à presença de habitações na área do entorno. Essa seria uma condição essencial para a alteração da dinâmica de usos, que pudesse propiciar maior vitalidade à trama da vida coletiva, na medida em que se reforçaria o tecido social, o que intensificaria uma teia de sociabilidade nas imediações, estratégia de contraponto ao esvaziamento do espaço público.

O direito à moradia é garantido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Declaração dos Direitos Humanos (1948) e, no Brasil, pela Constituição Brasileira (1988) através do Estatuto da Cidade (2001). Este último reconhece o direito à moradia como parte do direito à cidade, assim como às infraestruturas urbanas, como terra, saneamento e transporte – compreende-se, portanto, que para garantir de forma plena esse direito, a moradia deve estar inserida num contexto que propicie tal condições.

Entretanto, a atual oferta de moradia aos setores de menor renda encontra-se em situação deficitária. De acordo com o Instituto Pólis, essa precariedade é resultado de um modelo de desenvolvimento econômico e político desigual adotado pelo país há décadas, que perpetua a concentração de renda e "faz prevalecer o interesse privado e a obtenção de lucros em detrimento dos interesses público e coletivo" (2012, p.06). Esse modelo vigente de oferta de moradia popular dificulta que a maioria da população adquira sua casa nas condições oferecidas pelo mercado, sendo, então, necessário o papel do Estado de garantir uma política pública que assegure o acesso do trabalhador à moradia digna. Mas,

ainda de acordo com o Instituto Pólis, outro elemento dessa conjuntura é a omissão do Estado na gestão da terra urbana, "por isso é necessário que se faça bom uso da terra existente não permitindo imóveis vazios ou subutilizados. [...] o Estado deve ter como obrigação a gestão do uso do solo, garantindo [...] acesso à moradia para a população de baixa renda" (2012, p. 06).

Persiste no cenário atual um alto número de famílias sem moradia. De acordo com o Observatório do Solo e da Gestão Fundiária no Centro de São Paulo, entre 1997 e 2004, foram ocupados 44 prédios pelos movimentos de luta por moradia como forma de pressionar os órgãos públicos a responderem às suas reivindicações. As ocupações são, portanto, além de uma reação da população incapaz de acessar a moradia formal, uma estratégia para se obter acesso à infraestrutura urbana, valendo-se das prerrogativas constitucionais que dispõem sobre a função social da propriedade. Essas disposições legais prevê a desapropriação de imóveis vacantes devedores de impostos, com o intuito de combater a ociosidade e alcançar uma distribuição mais equilibrada e racional dos usos no território.

David Harvey (2014) aponta que a lógica capitalista acarretou a produção das cidades atuais, resultante das estratégias do urbanismo neoliberal, em que as cidades se desenvolvem e se transformam basicamente em função do lucro e a serviço das instituições privadas. Consequentemente, os espaços públicos originados a partir desse processo são os espaços segregados como os que convivemos hoje.

Raquel Rolnik sustenta posição semelhante:

[...] as ruas se redefinem em vias de passagem de pedestres e veículos, como a casa se volta para dentro de si e lá dentro se fecha e esquadrinha a família. Esta reorganização espacial, introduzida pela necessidade da segregação da cidade, tem uma base econômica e uma base política para sustentá-la. Do ponto de vista econômico ela está diretamente relacionada à mercantilização ou monetarização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana. (ROLNIK, 2012, p.57).

A segregação urbana não só acentua a segregação social como produz espaços vazios – geralmente espaços residuais, às margens do traçado viário, ou lotes de interesse do capital privado, que espera essas áreas se valorizarem sem dar chances de poder de compra às classes menos abastadas.

EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS AO URBANISMO: O URBANISMO TÁTICO

O Urbanismo Tático se apresenta como uma importante contribuição para repensar os espaços públicos e os modos de vida urbanos. Diante da pouca atenção destinada aos espaços para pedestres – em contraponto à valorização do espaço destinado aos veículos – e dos vários espaços subutilizados ou residuais, decorrente de transformações sucessivas da malha viária urbana, esse tipo de intervenção urbana "se propõe a refletir sobre a maneira de atuar na cidade e nos espaços públicos para além das praças, parque e áreas verdes" (FERNANDES BARATA; SANSÃO FONTES, 2016, p.02).

Apontando o desequilíbrio existente entre carros e pedestres e a presença de vazios na cidade contemporânea, o urbanismo tático atua destacando a importância do papel da rua e das áreas livres para o convívio social, intervindo através de táticas temporárias que promovam a participação social (*bottom-up*).

As iniciativas *bottom-up* permitem uma abordagem que seria improvável nas práticas de planejamento *top-down*: a experimentação, que é uma forma de abordar a complexidade das cidades contemporâneas, segundo Marcos L. Rosa, em seu livro "Microplanejamento: práticas urbanas criativas" (2011, p.14). Com o apoio de movimentos culturais e comunitários, as "práticas urbanas criativas" realizadas numa escala aproximada da cidade exploram espaços esquecidos e incluem características sociais e físicas nele, ao invés de excluí-lo, ignorá-lo, promovendo a vida cotidiana.

Do mesmo modo, Balem defende essas iniciativas, remetendo-se às contribuições de Bishop e Williams:



[...] esses tipos de proposições criativas na cidade utilizam-se de fases de desenvolvimento, muitas vezes com uma gama de estágios temporários ao longo de um caminho que, com mais flexibilidade, se movem em direção a uma "visão final vagamente definida", ao invés de um estado final absolutamente pronto. Pacotes escalonados de pequenas iniciativas podem ser mais adequados para desbloquear o potencial de locais. [...] Utilizações temporárias podem criar uma dinâmica urbana e valorização de um lugar, tanto em aspectos de sociabilidade, com de mercado, e podem até mesmo acelerar o seu eventual desenvolvimento "permanente" e quiçá de segurança para futuros investidores durante um processo mais complexo, como o de um masterplan urbano. (BISHOP; WILLIAMS, 2012 apud BALEM, 2017, p.102).

Utilizando-se da microescala e do processo participativo, as ações temporárias desafiam a noção e a necessidade de permanência das intervenções que buscam modificar o espaço urbano, podendo ser mais efetivas, pois dão espaço às imprevisibilidades (BALEM, 2017).

EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS EM SÃO PAULO: PROJETO CENTRO ABERTO

Valendo-se dessas iniciativas, em 2013 a Prefeitura de São Paulo criou o Projeto Centro Aberto, que buscava transformar espaços e estruturas preexistentes no centro da cidade por meios de projetos que proporcionassem a ativação do espaço público, permitindo o que eles chamavam de "atividades de celebração", envolvendo os cidadãos com a cidade e instigando um sentimento de identificação da população com o Centro de São Paulo.

Com *workshops* que incluíram a sociedade civil atuante no centro em um processo participativo, foram criados dois projetos piloto, implantados num primeiro momento em caráter experimental para serem testados pelo uso efetivo da população.

Os *workshops* contribuíram na concepção do projeto, auxiliando na escolha dos lugares a serem implantados os projetos e nos tipos de atividades a serem desenvolvidas. Utilizaram-se da "Caixa de Ferramentas", que funciona como um cardápio de elementos de projeto para ativação dos espaços públicos, que podem ser aplicados em todas as unidades, e também no diálogo entre os frequentadores dos espaços, com fim de incentivar pactos



de convivência e não inibir o uso dos espaços por moradores e frequentadores da região devido à imagem estigmatizada de determinados usos de alguns espaços públicos do centro.

EVOcando O ESPAÇO

Ao apreciar as táticas de ocupação a partir do envolvimento da população, reavendo o sentimento de enraizamento com o espaço, voltamos a Michel de Certeau e às práticas cotidianas – “habitar, circular, falar [...]” (2014, p.97) e às reflexões de Norberg-Schulz, que se solidarizam com essa visão. Afinal, como identificar-se com o lugar?

Usamos a palavra “habitar” para nos referirmos às relações entre o homem e o lugar. [...] Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental. Denominarei de “orientação” e “identificação” as duas funções psicológicas implicadas nessa condição. Para conquistar uma base de apoio existencial, o homem deve ser capaz de orientar-se, de saber onde está. Mas ele também tem de identificar-se com o ambiente, isto é, tem de saber como está

em determinado lugar. (NORBERG-SCHULZ, 1976 In: NESBITT, 2013, p.455).

Norberg-Schulz aponta “orientação” e “identificação” como pontos fundamentais do “estar-no-mundo do homem”. Enquanto a orientação torna o homem capaz de ser o “homem-peregrino”, que faz parte da sua própria natureza migrante, exploratória, a identificação é a base do sentimento de pertencimento, e significa, segundo o autor, “ter uma relação amistosa com determinado ambiente”. Isto posto, e compreendendo a citação anterior, entende-se que identificar-se a um ambiente é habitá-lo e finalmente pertencer a um lugar (In: NESBITT, 2013, p.455).

Mover-se é, segundo M. de Certeau, apropriar-se do sistema topográfico da cidade, buscando a identidade do lugar.

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se



entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. (DE CERTEAU, 2014, p.170).

LUZ

No final do século XIX, com a fundação da *The São Paulo Railway Company Ltda* pelo Visconde de Mauá, Frederico Glette e Victor Nothmann planejaram um grande loteamento na Chácara Mauá, que logo incentivou a transformação de outras chácaras da região. A elite cafeeira passa a ocupar o recém-criado bairro de Campos Elíseos, ostentando sua riqueza em construções ecléticas.

O surto de urbanização da época iniciou um processo de descentralização e segregação, consolidando alguns bairros operários e outros ocupados pela burguesia, que assim que adverte a chegada do proletariado, desloca-se de Campos Elíseos para Higienópolis; depois em direção à Avenida Paulista e, a seguir, aos Jardins. Nos anos seguintes, a transformação da área se deu pelas alterações na malha viária e na implementação da rodoviária intermunicipal na Praça Júlio Prestes:

O Plano de Avenidas e a atuação política de Prestes Maia foi progressista, no sentido de modernizar a cidade e identificá-la com a burguesia industrial, setor avançado do modo de produção capitalista, que aqui se implantava [...]. Por outro lado, o Plano de Avenidas é elitista. A periferia foi ignorada – e ela já existia com o rótulo de cidade clandestina – e a área considerada como *cidade* compreendia apenas o quadrante central e sul [...]. A atual configuração da cidade de São Paulo, com o centro dedicado ao comércio e serviços, as periferias para habitação popular e o quadrante sudoeste para residências de alto padrão é decorrente de seu plano. (LIBÂNEO, 1989 apud FRÚGOLI, 2000, p.54).

O cenário exposto por Maria Lúcia Libâneo mostra como o centro chegou ao seu panorama atual e se constituiu como o "local de consumo, comércio e negócio das elites" (BONDUKI apud FRÚGOLI, 2000, p.49). Depois da evasão da burguesia, o processo de popularização, iniciado na década de 1930, ampliou-se a partir dos anos 1950-60 com a continuidade da migração nordestina e de um contingente maior de pessoas das classes populares, que vinham ocupar a área central para desenvolver atividades



informais como estratégia básica de sobrevivência (FRÚGOLI, 1995):

Nos espaços públicos da área central da cidade, por conseguinte, distintos grupos sociais formaram variadas redes de relações voltadas à sobrevivência – como camelôs, engraxates, desempregados, aposentados “plaqueiros”, vendedores de ervas, de bilhetes de loteria, de churrasquinho, pregadores religiosos, videntes, prostitutas, travestis, homens e menores de rua, artistas de rua, “rolistas”, batedores de carteira, trapaceiros e muitos outros [...] Há uma enorme diversidade sociocultural nos espaços do Centro, complexa e conflitiva [...], bastando aqui frisar seu forte caráter interclasses, em que membros das classes médias e altas que trabalham em empresas, escritórios e instituições cruzam cotidianamente com os oriundos das classes populares, desde os que também trabalham e moram na região, até os milhares de usuários do transporte coletivo em meio a ocupação já mencionada de seis espaços públicos para atividades informais [...]. (FRÚGOLI, 2000, p.59).

As diversas disputas econômicas e sociais moldaram o centro de São Paulo como ele é hoje. Pela localização privilegiada, a região oferece inúmeros tipos de serviços e usos, além da grande concentração de empregos, que atrai todo tipo de usuário – aqueles que moram, que trabalham, ou aqueles que simplesmente passam por ali. Sendo assim, a área central da cidade deveria ser fundamentalmente um espaço democrático, visto a diversidade que ela abrange.

Compreendendo a presença de disputas e conflitos, o centro se confirmou como o local ideal para o tipo de intervenção proposta. A partir de aproximações na área ao redor do centro histórico da cidade, levando em conta os diversos serviços e usos existentes, chegamos ao bairro da Luz. O setor escolhido para estudo, entretanto, não segue os limites do bairro, mas certos marcos da área e seu entorno, conformando, portanto, uma área que vai da Pinacoteca do Estado até o Viaduto Santa Ifigênia, abrangendo inclusive a

Avenida Prestes Maia e locais como a Escola Técnica Santa Ifigênia e outros edifícios públicos que atraem fluxos de pedestres.

TÁTICAS DE CONVIVÊNCIA

Existe uma arquitetura fluida, e que, ao mesmo tempo, permita reconhecer sua forma? É possível pensar uma cidade que está em fluxo, transforma-se, mesmo que, por determinado período de tempo, haja elementos invariáveis que a organizam? (BOGÉA, 2009, p.24).

No final da década de 1950, o grupo da Internacional Situacionista (IS) desenvolveu um discurso acerca da produção das cidades diferente dos que eram apresentados até então, fazendo uma crítica direta ao Movimento Moderno.

Enquanto os modernos acreditaram, em um primeiro momento, que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo. Enquanto os modernos chegaram a achar, como Le Corbusier, que a arquitetura poderia evitar a revolução – “Arquitetura ou Revolução. Podemos evitar a revolução” (LE CORBUSIER, 1923) – os situacionistas, ao contrário, queriam provocar a revolução, e pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano em geral para induzir à participação, para contribuir com a revolução da vida cotidiana contra a alienação e a passividade da sociedade (JACQUES, 2003). Em seu “Manifesto pela vida urbana” o grupo da IS apresentava outro modo de fazer cidade, em que o cidadão não era só mero espectador, mas um participante ativo. Propunham vivenciar as cidades sem a formalização de um projeto urbano, baseada na construção de situações urbanas.

A estratégia situacionista, apoiada nas experimentações do espaço e na apropriação do lugar pelos habitantes, pode ser relacionada com as práticas e ocupações contemporâneas do espaço, através de ações de coletivos e mobilizações sociais, conforme o entendimento de Balem:

[...] projetos de comunidades, jardinagem de rua, dança de rua, transformação de



lugares de estacionamento, ocupações programáticas de espaços abandonados ou subutilizados, intervenções artísticas de interação com a paisagem urbana, dentre outros. De diferentes formas criam lugares para promoção de encontros ou de cultura, estares públicos, espaços de brincar, bancas de comércio alternativo e áreas de criatividade. Esse tipo de proposta como experiência criativa parece ter a capacidade de "ressignificar lugares e os trazer de volta como espaços de alteridade" e espaços revigorados para o desenvolvimento econômico social. (BALEM, 2017, p.4).

Marcos Rosa aborda tais projetos como "microarquiteturas sobrepostas a estruturas modernas monofuncionais" (p.18), que instituem "microambientes" na cidade como resposta à falta de espaços de coexistência. Segundo o autor, as "práticas urbanas criativas organizam lugares para o encontro – pontos de contato que resistem à desertificação de espaços coletivos de qualidade" (ROSA, 2011, p.16).

Essas práticas de ocupação podem ser ilustradas com a atuação de coletivos no meio urbano. O ARRUA, por exemplo, posiciona-se como um grupo político com pautas ligadas ao Direito à Cidade

(mobilidade, cultura, espaços culturais, participação política, liberdade etc.) e defende o discurso da revolução através da criatividade e irreverência. Para tanto, criou um bloco de carnaval, o "Me Ocupa que Eu Sou da Rua". Depois das manifestações de julho de 2013, que emergiram por conta de reivindicações relacionadas às questões da mobilidade urbana, o Coletivo concebeu o projeto "Roosevelt Livre", uma ocupação permanente na Praça Roosevelt, com oficinas abertas, apresentações artísticas e debates que contava com diversas pautas e convidados.

Outro coletivo que promove ações de grande repercussão, completamente diferente do ARRUA, é o Basurama, um grupo espanhol que atua em diversos países com pesquisas e intervenções no espaço público, estudando a questão dos resíduos e promovendo a discussão da produção massiva do lixo e de seus efeitos nocivos à sociedade contemporânea. O coletivo está presente no Brasil desde 2007 realizando inúmeros projetos na cidade de São Paulo, através de oficinas que atraem a população. Por meio do urbanismo participativo e da lógica do uso temporário dos espaços, compartilhando suas técnicas de transformação do lixo, o coletivo busca



na integração da sociedade com o espaço a forma mais criativa e democrática de se confrontar com a cidade.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Abordar o centro de São Paulo demanda uma investigação acerca da degradação e problemas urbanos do local. Entretanto, discutir a degradação e os meios para a requalificação urbana com a profundidade que o tema merece escapa ao escopo deste ensaio, o que nos levou a expor até aqui, de modo introdutório, não só os principais problemas, mas também as potencialidades presentes no território.

Com base nos levantamentos *in loco* e na revisão bibliográfica que deu suporte teórico ao desenvolvimento da proposta, reafirmamos que o objetivo do trabalho não é intervir em grande escala, menos ainda criar um edifício isolado com a ingênua ideia de que isso requalifique a área. A questão aqui levantada, aliás, não diz respeito à requalificação, mas sobretudo à compreensão de que sujeitos e usos compõem o lugar, e como seria oportuno potencializar usos complementares que pudessem contribuir para democratizar o espaço urbano e fazer com que as pessoas

nele permaneçam, estimulando a presença e interação de distintos segmentos sociais.

A partir das experiências de ocupação investigadas e compreendendo o espaço de acordo com as narrativas exploradas no texto, o trabalho se desenvolve como um ensaio projetual de espaços públicos e situações urbanas, inserindo-se e justapondo-se à lógica cotidiana.

Vislumbrando apenas eventos e situações surgidas a partir de um suporte que os conformem, podendo ser reconfigurado ou realocado de acordo com a necessidade, o ensaio de projeto não possui nenhuma definição programática *a priori*. Desta forma, o projeto se configura em plataformas, uma estrutura modular e flexível, que pode ser organizada de acordo com a necessidade presente.

Apesar da aparente rigidez que a estrutura modular possa transparecer, ela deve ser encarada como uma probabilidade de variabilidade de usos e formas, podendo gerar assim, espaços flexíveis, que podem ser alterados periodicamente, nos quais o usuário possa sugerir seus usos por meio de processos participativos. Pressupõe, portanto, o incentivo a iniciativas que convocam os cidadãos a intervir no espaço público, como meio de propiciar que a comunidade se reconheça nos projetos



para deles se apropriar. De um lado, essa prática favorece o cuidado espontâneo com a manutenção do lugar, de outro, fortalece um sentimento de inserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao embasar-se em teorias e experiências práticas sustentadas pelas referências aqui mencionadas, este ensaio intenciona bem mais exprimir as vocações de um lugar, em vez de ambicionar a "realização formal" de projeto em si mesmo. O trabalho se arremata em uma rede, mesmo que hipotética, de percursos voltados à integração de espaços fragmentados, com o propósito de convertê-los em espaços de encontros, considerados fundamentais à mobilidade, à permanência e às experiências urbanas compartilhadas.

Bernard Tschumi (1994) se refere à ocupação a partir da interação dos corpos no espaço, o que permite a incidência dos eventos de movimento e revela as ações da própria arquitetura, não apenas como relações entre espaço e forma – o evento é "um acidente, uma ocorrência; um item particular em um programa. Eventos podem envolver usos particulares, funções singulares e atividades isoladas. Incluem momentos de paixão, atos de amor e o instante da morte" (TSCHUMI, p.21 apud BALEM, 2017, p.12).

Entendendo o espaço público como um lugar sujeito a eventos, a intervenção proposta procura dar margem às mais variadas situações urbanas na tentativa de experimentar proposições alternativas às consagradas ações arquitetônicas que se sobrepõem ao lugar existente, como um projeto definitivo, dotado de um programa fixo de usos, pronto a solucionar os problemas diagnosticados. Ao invés disso, a instalação proposta mostra-se aberta à apropriação, como que disposta a dialogar com a população do lugar. Um experimento que assume o caráter temporário e admite a ideia da cidade em movimento, mas também como um convite à permanência, criando novas perspectivas de produção da cidade. Ao comportar os processos participativos, abre-se às imprevisibilidades da vida urbana, estimulando a convivência e a coexistência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. de; MAZIVIERO, M. C. **Os coletivos, corpo a corpo com a cidade.** Anais do IV Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa – AEAULP. Belo Horizonte, 2017, p.425-436.
- BALEM, Tiago. **Microurbanismo Efêmero: entre táticas de construir e revelar a cidade.** In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo.
- BOGÉA, Marta. **Cidade Errante: arquitetura em movimento.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- CORBUSIER, Le. **Por uma arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano:**1. Artes de fazer. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FERNANDES BARATA, A.; SANSÃO FONTES, A. **Urbanismo Tático: experiências temporárias na ativação urbana.** In: III Fórum Habitar, 2016, Belo Horizonte.
- FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Espaços Públicos e Interação Social.** São Paulo: Marco Zero, 1995.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana.**São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: **Revista Piauí.** Edição 82, julho de 2013.
- INSTITUTO PÓLIS. **Moradia é Central: lutas, desafios e estratégias,** 2012.
- JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. **Arquitextos.** São Paulo, ano 03, n.035.05, Vitruvius, abr. 2003. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>. Acesso em: out. 2017.
- LEFEVBRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar,** 1976. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995).** São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.444-461.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Reconstruir o Centro: reconstruir a cidade e a cidadania,** 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas.** São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

TSCHUMI, Bernard. O prazer da arquitetura, 1978. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995).** São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.575-584.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.245-318.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade São Judas Tadeu em 2017.
natalia.g santos@outlook.com